

2

Uma historiografia da audiodescrição como atividade e como objeto de estudo: práticas e estudos em relação

Neste capítulo, cujo enfoque é historiográfico, serão primeiramente apresentados elementos da história da AD, enfocando os Estados Unidos e a Europa e, posteriormente, o Brasil. Em seguida, será mostrada a trajetória da AD como objeto de estudo acadêmico, sua inserção nos Estudos da Tradução como uma modalidade de Tradução Audiovisual (TAV) com vistas à acessibilidade, e as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nessa área.

2.1.

Audiodescrição como atividade nos Estados Unidos, Europa e Brasil

2.1.1.

Histórico da AD nos Estados Unidos e na Europa

A AD como conhecimento técnico-científico e prática institucionalizada começou nos Estados Unidos, na década de 1970, com o estudo de Gregory Frazier sobre programação televisiva, intitulado *Television for the blind*, para sua dissertação de mestrado. Ele aprofundou sua pesquisa ampliando os setores de aplicação da AD, ao longo da década de 1980, em conjunto com August Coppola, na San Francisco State University School of Creative Arts, onde criaram, em 1987, o Audio Vision Institute (Benecke; Dosch, 2004; Audio Description Coalition, 2007-2009). Em 1981, a partir da parceria de Margaret e Cody Pfanstiehl com o Arena Stage Theater, em Washington DC, foi desenvolvido um programa de AD para apresentações teatrais ao vivo. A primeira exibição com AD foi da peça *Major Barbara*. Ao longo dessa década, as iniciativas no campo da AD se proliferaram de modo que mais de 50 estabelecimentos produziram espetáculos com AD. A AD do programa televisivo *American Playhouse* foi transmitida primeiramente via rádio, e, em 1988, como teste do serviço Descriptive Video Service, a AD passou a ser transmitida, sincronizada e pré-gravada, via satélite, no canal Second Audio Program (SAP). Também foram

realizados os primeiros *tours* com fita cassete em museus e mostras, e a primeira ópera foi audiodescrita em 1982.

Nas décadas seguintes, a AD continuou desenvolvendo-se na televisão e nos teatros. No final da década de 1990, o Congresso passou a exigir que as agências federais, a partir de 2001, tornassem acessíveis às pessoas com deficiência visual os materiais por elas produzidos ou financiados, como filmes, vídeos, multimídia, entre outros. A Federal Communications Commission (FCC) implementou, em 2000, regras exigindo que as principais redes de TV aberta e canais a cabo transmitissem 50 horas trimestrais de programação com AD a partir de 2002. Também em 2002, a U.S. Court of Appeals of the District of Columbia suspendeu as regras da FCC sob a alegação de que essa exigência estava além da alçada da FCC. Somente em 2010 foi assinado, pelo presidente Obama, o 21st Century Communications & Video Accessibility Act, que, entre outras coisas, obriga a exibição de quatro horas semanais de programas audiodescritos em quatro principais redes de TV aberta e cinco canais a cabo. Essa lei prevê o aumento gradual de horas de programação audiodescrita até chegar à sua totalidade em dez anos (Audio Description Coalition, 2007-2008; Audio Description Coalition, s.d; ver *site* American Council of the Blind).

Na Europa, a AD foi utilizada pela primeira vez no Festival de Cannes, em 1989 (Benecke; Dosch, 2004), e, desde então, houve grandes avanços nesse setor. Contudo, o desenvolvimento não foi igual em todos os países: a Bélgica, por exemplo, há pouco tempo começou a oferecer AD; a Espanha tem uma padronização nacional para criação de AD e foi pioneira no oferecimento desse serviço; e no Reino Unido, a AD é amplamente disponibilizada nos cinemas e na TV.

Antes da primeira utilização oficial da AD na Europa, já na década de 1940, na Espanha, eram transmitidos filmes com AD pela Radio Barcelona. Os filmes audiodescritos ocuparam um importante espaço no horário nobre da programação radiofônica, entre as décadas de 1940 e 1950, até o surgimento da televisão. Essa experiência no rádio e o projeto europeu Audetel¹², criado em

¹² Projeto cujo objetivo era criar as especificações europeias do sistema de AD para a programação televisiva, tendo em vista que o sistema PAL utilizado na Europa, diferentemente do sistema NTSC, utilizado nos Estados Unidos, só possui um canal de áudio e necessitava, então, de outra forma para transmissão da AD. Nesse período (década de 1990), pouco se falava sobre o sistema digital e eram estudadas duas soluções possíveis: NICAM-728 e o teletexto. Para a recepção da

1991, foram a base para a criação do sistema espanhol Audesc, que consiste na produção e distribuição de filmes audiodescritos para membros da Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE). Na televisão, a AD começou no Canal Sur da Andaluzia, em 1995, e, até o final de 1996, 76 filmes tinham ido ao ar. De 1997 a 2001, o programa *Cine para todos* veiculou 132 filmes com AD e legenda para surdos e ensurdecidos. Alguns seriados foram transmitidos com AD no canal catalão TV3. De 2005 a 2010, foram criados organismos e comissões para a promoção da acessibilidade e houve uma série de mudanças legais que culminaram na Ley General de la Comunicación Audiovisual, que garante o direito à comunicação audiovisual televisiva pública e privada, estabelecendo um cronograma para a ampliação da quantidade de horas de exibição dos programas com AD. Em 2010, eram duas horas semanais e, agora, em 2013, é obrigatória a exibição de dez horas semanais de programas com AD nos canais públicos e duas horas nos canais privados (Cabeza-Cárceles, 2013, p.34).

O Liceu, teatro de ópera de Barcelona, vem oferecendo, desde 2004, seis óperas por temporada com AD. Alguns teatros de Barcelona e Madri também oferecem algumas peças com AD durante a temporada. O primeiro DVD espanhol com AD foi, em catalão, do seriado *Plats bruts* (Orero, 2007, p. 112). Em 2006, outros dois DVDs foram comercializados com AD e audionavegação em espanhol — *Match point* (Woody Allen, 2005) e *Torrente 3: El protector* (Santiago Segura, 2005). Desde então, até 2012, como apontado na tese de doutorado *Audiodescripció i recepció: efecte de la velocitat de narració, l'entonació i l'explicitació en la comprensió filmica*, de Cristóbal Cabeza-Cárcere, houve continuidade na comercialização de DVDs com esse recurso (Cabeza-Cárceles, 2013, p.32). Cabeza-Cárceles afirma que o Estado espanhol e a Catalunha podem ser considerados países com a melhor situação em relação à acessibilidade, pois têm uma legislação que regula o uso da AD na televisão, além de disponibilizá-la em peças teatrais, em óperas, em museus e em exposições. Em contrapartida, ele mostra que ainda há muito o que se fazer para a consolidação da AD, ampliando a oferta desse recurso que, atualmente, se concentra em eventos culturais em

AD no sistema analógico, era necessário acoplar um conversor interno ou externo ao televisor (Machado, F., 2011a, p. 79).

Barcelona e Madri, e pressionando as televisões para o cumprimento da legislação (Cabeza-Cárceles, 2013, p.41).

Na França, a associação Valentin Haüy foi a primeira a oferecer esse recurso de tecnologia assistiva em 1989. Essa associação produz AD de filmes para o cinema, em DVD e de peças teatrais. Os filmes são disponibilizados em uma videoteca, como na espanhola ONCE, mas ela também vende os filmes pela internet, onde são compartilhadas as opiniões dos usuários sobre as ADs realizadas. No *site* da associação é informado que a audiodescrição já atingiu um alto nível de qualidade, mas que a difusão ainda é um problema. A midiateca deles tem mais de 300 filmes audiodescritos e na programação de filmes audiodescritos pela associação, em julho de 2014, para o cinema constam seis filmes para circuito aberto, exibidos somente em um cinema (Le Ciné de Montguyon), e quatro para o festival Cinéma em plein air de la Villette (ver *site* da associação Valentin Haüy). O canal de televisão Arte é o único a oferecer o serviço de AD desde 1996, e são poucos os cinemas que disponibilizam esse recurso. Um deles é o Arlequin, que foi patrocinado pela Câmara Municipal de Paris com o intuito de servir de modelo para o resto da França. Apesar de a associação Valentin Haüy, como acima mencionado, ter produzido dez ADs de filmes para exibições em um único mês, elas ocorrem apenas em um cinema. A maior presença da AD ocorre nos teatros e as principais associações que disponibilizam esse recurso são Accès Culture e Prêtes-moi tes yeux au théâtre. As duas se dedicam à locução, mas também produzem os roteiros. A associação Valentin Haüy, que também realiza muitas ADs para teatro, distribui seus roteiros entre aquelas duas associações. Uma apresentação por semana conta com AD, e as principais cidades da França têm pelo menos um teatro equipado. Em Paris, por exemplo, sete teatros disponibilizam suas peças com AD, o que é uma situação privilegiada se compararmos com outros países da Europa e com o Brasil.

A França impulsionou o começo da AD na Bélgica. A associação Valentin Haüy exporta seus filmes audiodescritos para associações de pessoas com deficiência visual desse país. Desde 1999, a associação Les Amis des Aveugles produz cerca de cinco ADs de filmes por ano, devido ao alto custo, e as projeções são feitas em suas próprias instalações. O canal de TV RTBF exibe um filme por mês com AD e começa a ampliar a exibição desse recurso, agora nos desenhos

animados. Além disso, os festivais de Namur e Mons contam com AD em algumas projeções para todo o público.

Na Suíça, a presença da AD é ainda menor. Não há nenhuma instituição responsável pela difusão da AD, e as pessoas com deficiência visual podem comprar os filmes da associação Valentin Haüy pela internet ou, ocasionalmente, assistir a alguma peça de teatro com AD oferecida pela Accès Culture (Pérez, 2007, p. 199-204).

Na Alemanha, a AD começou a ser utilizada em 1989, após uma apresentação com esse recurso de tecnologia assistiva em Cannes. Nesse ano, em Munique, foi criado o primeiro grupo de audiodescritores, formado, entre outros, por Bernd Benecke e Elmar Dosch, que atualmente fazem audiodescrição para a TV bávara e para a federação bávara de pessoas cegas e com deficiência visual. Os primeiros trabalhos foram realizados com apoio financeiro das distribuidoras de filmes Columbia Tristar e 20th Century Fox. A partir de 1993, com o apoio da associação de cegos da Baviera e, em 1995, da associação alemã de cegos, começaram os projetos de AD para TV e vídeo, e, posteriormente, DVD, contribuindo para o estabelecimento da AD naquele país. A primeira emissora de TV alemã a exibir programas audiodescritos foi a Bayerischer Rundfunk, em 1997 (Benecke, Dosh, 2004, p.9-11; Seibel, 2007, p. 167-8).

Em 1998, a Federação de Pessoas Cegas e com Deficiência Visual Alemã criou o projeto Hörfilm, maneira pela qual a AD também é denominada em alemão. Nesse projeto, foram produzidas, ao longo de três anos, ADs de filmes para a TV, o cinema, e em formato de vídeo e de DVD. O projeto Hörfilm foi substituído, em 2001, pelo Deutsche Hörfilm gGmbH, gerido pela DHG e sediado em Berlim. Além de ampliar a produção de AD de filmes, essa empresa oferece serviço de informação aos usuários, procura ampliar os espaços culturais para pessoas com deficiência visual, forma novos audiodescritores e colabora com as emissoras de televisão que oferecem esse serviço. Em 2002, por exemplo, foram transmitidos mais de 240 filmes com AD. Os cinemas começaram a exibir filmes com AD, a partir de 2004, e utilizam a mesma técnica de transmissão do Reino Unido, Dolby Screen Talk. A primeira exibição foi no festival Berlinale. A DHG produz, desde então, AD para esse festival, incluindo a edição desse ano de 2014. Para TV, as ADs que a DHG produz são transmitidas pelas emissoras de

TV ZDF, SWR e ARD (Seibel, 2007, p.168-9; ver *site* Deutsche Hörfilm gGmbH).

No Reino Unido, a AD começou no teatro em uma exibição informal no meio da década de 1980, após o contato de Monique Raffray e Mary Lambert com Cody e Margaret Pfanstiehl. Em 1985, o casal concedeu entrevista às duas, detalhando o processo de produção da AD nos Estados Unidos. Foi nesse período que o Royal National Institute of Blind People (RNIB) tomou conhecimento da existência da AD e começou a desenvolver essa nova área, a partir da formação de um grupo de trabalho. A primeira peça com AD informal foi realizada no Robin Hood Theatre, que contactou o RNIB para conversar sobre seu novo projeto intitulado Theater for the blind. Em 1987, o Theater Royal Windsor entrou em contato com o RNIB com o propósito de verificar a possibilidade de adaptar à transmissão da AD o sistema de transmissão de som via infravermelho, que amplificava o som para pessoas ensurdecidas. Após a adequação do sistema, foi realizada a primeira peça com AD formal, com roteiro elaborado por audiodescritores treinados e sua recepção via fone de ouvido. Pesquisas, reuniões e cursos de formação foram realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990 para o desenvolvimento da AD no Reino Unido. Em 1997, cerca de 40 salas de espetáculos já ofereciam AD em suas temporadas. O Reino Unido foi escolhido o país-piloto para implantação do projeto Audetel¹³, realizado entre 1991 e 1995.

Em 1996, com o Broadcasting Act, a AD se tornou obrigatória na televisão digital terrestre e ficou definido que, em dez anos, 10% da programação deveriam contar com esse recurso. Em 2002, após pesquisa sobre as emissoras com exibição de programas acessíveis, verificou-se que, apesar de algumas emissoras enviarem o sinal, este não era recebido nas residências por falta de equipamento adequado. Testes de recepção foram efetuados por 18 meses após a distribuição de 45 conversores digitais. Nesse período, o canal de transmissão digital via satélite BSkyB, por conta de sua rivalidade com a Virgin Media (transmissão digital a cabo) e a BBC — líder na televisão digital terrestre, que transmitiu programação

¹³ O projeto começou com um levantamento das necessidades práticas das pessoas cegas e com baixa visão no que diz respeito à televisão. Esse levantamento serviu como base para uma pesquisa sobre os melhores métodos de fabricação e fornecimento de um equipamento de baixo custo para transmissão de AD para a TV. Um teste de recepção foi realizado pela BBC, em 1994, com a tecnologia desenvolvida pelo Audetel, no qual 50 desses receptores foram colocados na casa de telespectadores cegos e com baixa visão, selecionados aleatoriamente em um banco de dados do RNIB.

com AD no projeto Audetel (Greening, Rolph, 2007, p. 128) — e também por prever que a legislação iria ampliar a obrigatoriedade da AD para os canais via satélite e a cabo, passou a transmitir programas com AD e, por isso, foi o primeiro a oferecer o recurso da AD na televisão digital. Em 2003, o Communication Act criou a Office of Communication (Ofcom) e estendeu a obrigatoriedade da AD para as TVs a cabo e por satélite. A Ofcom elaborou um cronograma com cotas de AD, que aumentou gradativamente com o tempo, e deve ser seguido pelos canais terrestres, que mudaram do sistema analógico para o digital. Em 2013, a AD chegou ao percentual máximo de transmissão, 10% da programação. Além disso, a agência publica relatórios trimestrais com a porcentagem da programação audiodescrita por cada emissora e realiza pesquisas sobre o uso do serviço, pesquisas de opinião, e faz consultas públicas (ver *site* Ofcom).

Diferentemente da televisão, não há legislação que obrigue a AD nas salas de cinema e nos DVDs. Contudo, o RNIB e as pessoas com deficiência visual pressionaram o governo e a indústria cinematográfica no sentido de incluírem a AD em seus produtos. Por conseguinte, o desenvolvimento da AD nesses setores segue no mesmo ritmo. Em 2010, por exemplo, mais de 300 salas de cinema estavam equipadas para transmissão da AD e mais de 500 DVDs estavam sendo vendidos com esse recurso (Machado, F., 2011a, p. 60-2).

Não foram encontradas muitas informações sobre o percurso de desenvolvimento da AD em Portugal. Josélia Neves, em entrevista concedida à Midiace¹⁴, em 2011, informa que, até aquela data, a AD era majoritariamente disponibilizada em filmes, seja em projeções no cinema ou em DVD, e que estavam começando a iniciar a AD de arte bidimensional. Na televisão, a primeira experiência portuguesa foi no ano de 2003, com a exibição do filme, via rádio, *Menina da rádio*. Para assistir ao filme com AD, era necessário que um aparelho de rádio estivesse ligado ao lado do televisor. Em 2004, a emissora com transmissão digital Lusumundo Gallery começou a exibir regularmente novos filmes portugueses. Em 2006, por exemplo, foram exibidos 106 filmes no total (Orero, 2007, p. 113).

¹⁴ Associação sem fins lucrativos que se dedica ao estudo e implantação da acessibilidade aos produtos audiovisuais para pessoas com deficiências visual e auditiva.

2.1.2.

Histórico da AD no Brasil

Se a AD já é uma realidade nos Estados Unidos e em parte da Europa, aqui no Brasil ela ainda dá seus primeiros passos. Foi somente em 1999, quase 20 anos após a sua adoção naquelas regiões, que há o primeiro registro do uso de AD em nosso país no projeto Videonarrado, realizado pela pedagoga Maria Cristina Martins, no Centro Cultural Louis Braille, em Campinas (ver Machado, F., 2011a, p.99). Apesar desse projeto, o começo formal da AD no Brasil ocorreu em 2003, no festival de filmes sobre deficiências, chamado Assim Vivemos, o qual é realizado ao vivo. Esse festival é baseado no festival alemão Wie Wir Leben, e ambos apresentam somente filmes temáticos do universo das pessoas com deficiência. O festival Assim Vivemos ocorre bienalmente e começou no CCBB do Rio de Janeiro; mas, ao longo de suas edições, os locais e cidades de exibição vêm se ampliando.

Outras iniciativas pioneiras, em diferentes áreas, foram as seguintes:

- em 2005, o lançamento do filme *Irmãos de fé* em DVD, com AD e *menu* acessível;
- em 2006, a peça *O santo e a porca*, exibida em São Paulo com AD;
- em 2007, a primeira mostra de filmes com AD gravada, no projeto Cinema Nacional Legendado e Audiodescrito, evento também realizado no Centro Cultural Banco do Brasil; e,
- em 2008, a propaganda da Natura e o espetáculo de dança *Os três audíveis*, os primeiros a contar com o recurso nessas áreas. Também nesse ano, houve o lançamento do DVD do filme *Ensaio sobre a cegueira*, segundo DVD com AD vendido em circuito comercial no país, realizado em uma parceria entre Midiace e TRAMAD, e o filme *O Signo da cidade* teve apresentação com AD para público convidado, por ocasião da abertura do Teatro Vivo, totalmente acessível.

Cabe aqui uma explicação técnica acerca das duas modalidades de AD que foram mencionadas acima, em referência aos dois eventos cinematográficos realizados no CCBB: a audiodescrição ao vivo, na qual o roteiro é escrito antecipadamente, mas a narração é realizada no momento da exibição do filme, por meio da utilização de equipamentos de tradução simultânea; e a

audiodescrição gravada, a qual, distintamente da anterior, tem a narração, e não só o roteiro, preparada previamente à exibição do produto audiovisual. A narração, depois de gravada e editada, é mixada à trilha original do filme. Nos dois casos, ao vivo e gravada, as ADs chegam às pessoas com deficiência visual por meio de fones de ouvido.

Apesar de ainda dar os primeiros passos, a AD vem se consolidando e se tornando uma realidade cada vez mais presente entre nós. Flavia Machado criou o blog *Com audiodescrição* para mapear as iniciativas que vêm se dando nesse campo em nosso país. Lá é possível constatar um aumento importante no número de filmes exibidos e de DVDs lançados com esse recurso, seja em projetos com distribuição restrita a instituições voltadas para pessoas com deficiência visual ou em projetos comerciais. Desde 2008, há, por ano, pelo menos um espetáculo de dança audiodescrito, e, desde 2009, alguns espetáculos de ópera contam com esse recurso. O aumento das produções de teatro com AD também é digno de nota: em 2006, um espetáculo contou com AD; em 2007 e 2008, seis espetáculos utilizaram esse recurso; e, a partir de 2009, o número gira em torno de 20. Em São Paulo, quatro locais oferecem permanentemente o serviço de AD — Teatro Vivo, Espaço Perfume Arte + História, Museu do Ipiranga e Memorial da Inclusão.

Acrescente-se o fato de que, no dia 1º de julho de 2011, começou a obrigatoriedade do uso desse recurso de tecnologia assistiva em duas horas semanais da programação da TV digital aberta. Três meses após o início da obrigatoriedade, ainda segundo o blog de Machado, 24 filmes com AD foram transmitidos pela TV Globo, 12 edições do programa *Chaves* foram transmitidos pelo SBT e 12 edições do programa *Comédia MTV* foram exibidos na MTV.

Como o blog de Machado parou de ser atualizado em 2011 e não encontramos nenhum outro espaço que compile esse tipo de informação sobre AD no Brasil, não podemos precisar se aumentou a oferta de AD em diferentes serviços culturais como nos cinemas e teatros, por exemplo. Podemos, entretanto, afirmar que a quantidade de programas exibidos com AD na TV é bem superior à mencionada nos três primeiros meses da obrigatoriedade. Como será evidenciado a seguir, atualmente, são exibidas quatro horas semanais de programas com AD pelas emissoras abertas que transmitem sua programação no sistema digital. A

MTV deixou de ser emissora aberta e por isso não transmite mais programação com esse recurso de tecnologia assistiva.

Apesar de ser um avanço o começo da AD na TV, uma vez que esse é o principal veículo de comunicação no Brasil, estando presente nas casas de 97,2% da população brasileira, segundo os dados da PNAD de 2012¹⁵, esse começo foi marcado pela falta de informação tanto da programação veiculada com esse recurso como da maneira pela qual ele deve ser acessado (ver *site* IBGE).

A Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) realizou uma pesquisa nos dois meses iniciais da obrigatoriedade (julho e agosto de 2011) para traçar um panorama da recepção da AD. E a motivação para a pesquisa foi a dificuldade de acesso ao sinal, conforme relatado no ofício da ONCB, disponível no *site* da instituição¹⁶:

As dificuldades de acesso ao recurso têm ocasionado grande decepção para essas pessoas, que aguardavam há tanto tempo a oportunidade de assistirem à programação televisiva em igualdade de condições com as demais pessoas, mesmo que por apenas duas horas na semana.

Além de ser necessário um aparelho com sinal digital ou, na falta deste, um conversor, os controles remotos de um modo geral no Brasil (diferentemente de outros países, como o Reino Unido) ainda não estão adaptados, isto é, não possuem qualquer indicação sensorial. Além disso, cada tipo ou marca de televisor tem acesso e *layout* diferentes em seus *menus*, o que tira a autonomia daquele que necessita desse serviço, implicando na necessidade de que uma pessoa vidente lhe preste auxílio entrando no *menu* e acionando o canal de áudio 3 destinado à AD. É interessante notar que a dificuldade na recepção do sinal não ocorreu só aqui no Brasil. No Reino Unido, como já mencionado, foram necessários testes de recepção e alguns ajustes para que as pessoas tivessem acesso à AD.

A falta de informação e acesso à AD permanece ainda hoje, três anos após o início da obrigatoriedade, com a quantidade de horas ampliada de duas para

¹⁵ Como já mencionado na introdução, a previsão de divulgação dos dados do PNAD de 2013 é setembro de 2014, por conseguinte, usamos o dado da pesquisa de 2012.

¹⁶ No último contato com os pesquisadores, que obtivemos resposta, feito em agosto de 2013, eles ainda não tinham previsão para divulgação dos dados da pesquisa. Novo contato foi feito em junho de 2014, mas, dessa vez, não obtivemos resposta. Parece-nos, então, que o resultado da pesquisa continua sem divulgação até o momento.

quatro semanais (a partir de julho de 2013) como prevê o cronograma vigente¹⁷. Foram consultados os *sites* das emissoras TV Globo, TV Brasil, TV Cultura, Rede Record, SBT, Rede TV e Band para verificar se constam na programação os programas que são audiodescritos, assim como foram feitos contatos pelas centrais de relacionamento com o telespectador. As consultas aos *sites* e os contatos com as centrais de relacionamento foram feitos entre os meses de agosto e novembro de 2013. Somente os *sites* da TV Globo e do SBT têm informação sobre programas com AD. Contudo, somente a programação da TV Globo está completa. Além dos dois programas de filme *Tela Quente* e *Temperatura Máxima*, que sempre contam com AD, outras sessões de filme como *Super Cine* e *Sessão da Tarde* também exibem com AD, mas essas exibições não são constantes e é necessária consulta semanal ao *site* para obter a informação. Já no *site* do SBT, o único programa encontrado na programação veiculado com AD é o *Chaves*, das 6 às 7 horas, no sábado. Vale ressaltar que se, de fato, o SBT só veicula *Chaves* com AD nesse horário, a emissora está descumprindo a legislação que obriga a exibição de quatro horas semanais de programas com esse recurso.

A TV Globo, TV Brasil, TV Cultura e Rede Record responderam (prontamente ou em curto prazo) às mensagens enviadas às centrais de relacionamento, como se pode ver abaixo:

TV Globo

Larissa,
Pedimos desculpas pelo equívoco na resposta anterior¹⁸. Atualmente, oferecemos audiodescrição para os filmes exibidos na "Tela Quente", "Temperatura Máxima" e, eventualmente, na "Sessão da Tarde"¹⁹, o que excede a exigência legal para esse recurso.

Cordialmente,
Globo.

TV Brasil

Em resposta à sua manifestação, a Empresa Brasil de Comunicação - EBC informa:

¹⁷ Nas páginas subsequentes, serão mais bem explicados a história da legislação e o cronograma para implementação da AD na TV aberta brasileira.

¹⁸ O pedido de desculpa se deve à primeira resposta enviada por eles, que tratava da exibição de programas com *closed caption*. Contudo, a informação foi corrigida no próprio dia, horas depois, sem a necessidade de contatá-los avisando sobre o equívoco.

¹⁹ Apesar de a resposta da emissora só informar que a *Sessão da Tarde* eventualmente é transmitida com AD, em novas consultas ao site da emissora, foram encontrados filmes exibidos em outras faixas com esse recurso.

Sra. Larissa Costa, bom dia. A Gerência de Programação da TV Brasil, em resposta ao seu questionamento, informou o seguinte "Os programas da TV Brasil com audiodescrição atualmente são os seguintes: Nova África, A TV que se faz no mundo, Cine Nacional, Os pequenos crimes de Ághata Christie, Curta TV, e os infantis Historietas Assombradas para crianças mal criadas e o Teco Teco. Alerto que essa programação pode aumentar dependendo da semana, porque há programas em que a TV Brasil faz questão de colocar audiodescrição quando são exibidos, por terem conteúdo que vai ao encontro de nossa missão. Já estamos trabalhando para que todas essas informações estejam semanalmente disponíveis no *site* da emissora." Aproveitamos para agradecer a participação e nos colocarmos à disposição. Atenciosamente, José Ribamar de Sousa Ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação - EBC <http://www.ebc.com.br/> (61) 37995244

TV Cultura

Prezada Larissa,
Atualmente, estamos exibindo dois programas com audiodescrição: "Mestres do Riso", que vai ao ar aos domingos, às 1515h e o "Clube do Filme", terças, à meia-noite. Atenciosamente,

Rede Record

Larissa,
Agradecemos pela audiência e contato.
Segue, abaixo, a listagem com os programas atualmente transmitidos pela Record e que possuem o recurso da audiodescrição:
Record Kids - Pica-Pau / Sábado, das 13h às 15h
Série Todo Mundo Odeia o Chris / Sábado, das 15h às 15h45
Desenhos Bíblicos / Domingo, das 6h30 às 9h
Record Kids - Pica-Pau / Domingo, das 9h às 12h
Serie Dr. House - Quinta-feira, das 0h15 a 1h10
Atenciosamente,
Rede Record
Canal Interativo do Telespectador - CITE

Vale lembrar que essas emissoras responderam no mesmo período do envio das mensagens, ou seja, entre agosto e novembro de 2013. O SBT e a Rede TV não responderam às mensagens enviadas e não foi possível enviar mensagem ao fale conosco da Band, pois todas as tentativas feitas, duas no mês de agosto, uma em setembro, uma em outubro e a última em novembro, não foram completadas, aparecendo a seguinte mensagem:

Access Denied

You don't have permission to access

"http://www.band.uol.com.br/tv/rio/fale-conosco.asp" on this server.

Reference #18.251f11c9.1388255242.65194d93

As consultas aos *sites* foram feitas novamente em junho e julho de 2014 assim como a tentativa de contato com as centrais de relacionamento do SBT, Band e Rede TV e a situação permaneceu a mesma. O *site* da TV Globo continua informando sua programação com AD e permanece a necessidade de busca semanal dos filmes com audiodescrição além dos dois horários fixos; o da TV Brasil passou a disponibilizar um *link* na barra superior do *site* com a logo da AD, mas na página que informaria a programação com esse recurso, só há a programação da semana de 15 a 20 de julho²⁰; o do SBT mantém a informação incompleta e os demais não têm informação. Não foram enviadas novas mensagens às centrais de relacionamento das emissoras que responderam em 2013, pois, embora a programação por eles mencionada nas mensagens acima já pudesse ter sido alterada, como nosso intuito não é divulgar a programação veiculada com AD e sim verificar a dificuldade no acesso à informação, qualquer interessado, no caso dessas emissoras, pode facilmente ter acesso, entrando em contato com as centrais de relacionamento.

O SBT e a Rede TV não responderam e a Band continua sem completar o envio da mensagem. Entretanto, conseguimos enviar mensagem para o jornalismo da emissora, que não respondeu nosso contato.

A pesquisadora pediu que uma pessoa com deficiência visual, a mesma que participou do teste da pesquisa de recepção e é consultor de AD, verificasse a acessibilidade dos *sites*, na medida em que o computador da pesquisadora, que é vidente, não possui leitor de tela.

O consultor afirma que o *site* da Rede Globo é acessível, mas que teve dificuldade em encontrar a programação audiodescrita, pois não há um *link* na página principal com essa opção e ao fazer a busca no *site* com o termo “programação semanal da Rede Globo com audiodescrição” surgiram diferentes possibilidades, mas nenhuma a levou a programação com AD. Isso mostra que apesar de ser o *site* com informação mais completa sobre AD, ele não possibilita que a pessoa com deficiência visual encontre a programação com autonomia.

²⁰ A última visita ao *site* da TV Brasil foi feita em 28 de julho de 2014.

Em relação ao SBT, ele afirma que “a programação está muito mais clara no *site* e é mais acessível em termos daquilo que nós procuramos que é a audiodescrição”, já que é informado na grade se o programa tem *closed caption* (legendagem para surdos e ensurdecidos) e/ou AD. Assim sendo, mesmo a informação não estando completa no *site*²¹, ele possibilita que a pessoa com deficiência visual encontre autonomamente a programação com AD.

Sobre a TV Brasil, ele comenta:

1. É, de longe, o *site* mais acessível de todos até agora;
2. Além de ser fácil e intuitivo, ele indica a opção de maior contraste da tela, o que é um fator indispensável para um *site* ser acessível;
3. A informação sobre audiodescrição na programação é muito boa, bastou eu digitar no campo de busca do *site* a palavra audiodescrição que apareceram as opções e, no primeiro *link*, eu já pude identificar os programas que atendem a esse quesito.

Vale informar que o consultor verificou a acessibilidade no dia vinte de julho e, por conseguinte, a página com a programação audiodescrita estava atualizada na página da TV Brasil.

Já sobre a Record, a Band, a Rede TV e a TV Cultura ele afirma que os *sites* não são inacessíveis, mas não há a programação audiodescrita.

Ficou claro pelas informações fornecidas pelo consultor de AD que nenhuma emissora ainda atende integralmente às necessidades das pessoas com deficiência visual no que se refere à divulgação de sua programação audiodescrita, ou seja, apesar de os *sites* serem acessíveis aos leitores de tela, eles não são totalmente acessíveis às pessoas com deficiência visual.

Após as respostas das emissoras, procuramos assistir à programação com AD para verificar como estava ocorrendo a transmissão na prática. Além da dificuldade de acesso ao sinal, como já mencionado, é importante destacar que algumas emissoras, como a TV Brasil e o SBT, não transmitem os comerciais no canal de áudio 3 destinado à AD, permanecendo esse tempo em total silêncio. Essa conduta pode gerar dúvidas nos telespectadores, se houve perda de sinal ou algum problema com seu aparelho, além de restringir o acesso à informação.

²¹ Como já mencionado, no *site* do SBT é informada somente a exibição de *Chaves* com AD aos sábados das 6h às 7h. Contudo, a pesquisadora verificou que esse programa é exibido com AD as sextas-feiras às 18h30 e, por isso, afirmamos que a programação da emissora com AD não é completa no *site*.

Evidencia-se pelo panorama que acabamos de mostrar que há descaso com a implementação da AD em nosso país por parte de algumas emissoras, assim como do governo pela falta de fiscalização. Podemos afirmar também que o descaso é antigo, uma vez que desde a lei da acessibilidade até o começo da obrigatoriedade da AD na TV, passaram-se mais de dez anos. Vale lembrar que a obrigatoriedade destina-se somente a TV, não abarcando os demais eventos culturais. A Lei 10.098, de 2000, foi o pontapé inicial para a política de promoção da acessibilidade em nosso país. Foram necessários quatro anos para que essa lei fosse regulamentada e a AD passou a ser discutida de maneira mais sistemática a partir de 2005. Nesse momento, a AD era referida como “descrição e narração em voz de cenas e imagens”. De lá até a definição do começo da obrigatoriedade em 2011 foram publicadas diversas portarias, foram feitos pareceres por empresas, reuniões técnicas, audiências e consultas públicas, e o debate girou em torno da viabilidade econômica, das condições técnicas e da (in)existência de profissionais disponíveis. Esse debate foi importante para a definição do cronograma de implantação e da cota da programação a ser audiodescrita.

No ano de 2005, dois decretos e uma portaria foram publicados alterando o Decreto 5.296 de 2004, que regulamentou a Lei da Acessibilidade. A principal mudança efetuada com as publicações desses decretos e portaria foi a transmissão da responsabilidade de regulamentar as questões da acessibilidade da Anatel para o Ministério das Comunicações. Ainda em 2005, a minuta da Norma Complementar foi submetida à consulta pública; foi publicada a Norma NBR 15290: Acessibilidade em Comunicação na Televisão; e uma audiência pública foi realizada com a participação de representantes da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA); da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); da Fundação Roquette Pinto, que representou as emissoras públicas; da Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE); do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (CONADE); e da União Brasileira dos Cegos (UBC) (Romeu Filho, 2010, p.46-50).

A Norma Complementar nº 1 foi publicada, em 2006, estabelecendo o cronograma de implantação e os requisitos técnicos para tornar acessíveis as TVs analógicas abertas. Ficou determinado que as emissoras de televisão ofereceriam duas horas diárias de sua programação com AD. Essa quantidade de horas

aumentaria gradativamente, até que, ao final de dez anos, toda a programação estivesse disponível com esse recurso. Contudo, apenas dois dias após a publicação dessa norma, o Presidente da República assinou o Decreto 5.820, que dispõe sobre a implantação da TV digital (Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTv). A publicação desse decreto tornou-se o principal argumento dos radiodifusores para as sucessivas postergações na implementação da AD, como podemos ver no parecer técnico da Quadrante Consultores em Radiodifusão e Telecomunicações anexado ao Ofício Abert nº 40/2008:

No dia seguinte ao da publicação da Portaria que aprovou a Norma Complementar nº 01/2006, em 29 de junho de 2006, foi assinado o Decreto nº 5.820, publicado no Diário Oficial da União do dia 30 subsequente, que dispôs sobre a implantação do Sistema de Televisão Digital no serviço de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Na implantação do novo sistema, o referido decreto determina que as emissoras mantenham os dois sistemas (analógico e digital) por um período de transição, além de estabelecer um cronograma de implantação do sistema digital.

Em 13 de outubro de 2006, foi publicada a Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006, estabelecendo critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão.

Os prazos de que trata a acima referenciada portaria começaram a fluir em dezembro de 2006, iniciando a consignação no dia 29, para a cidade de São Paulo.

A partir da referida consignação é celebrado novo contrato entre as concessionárias e a União, devendo em seguida ser apresentado, no Ministério das Comunicações, o projeto de instalação da estação digital. Com a aprovação do projeto, a emissora terá, dentro do prazo estabelecido, que providenciar a compra de equipamentos e a instalação da estação.

Diante desse cenário, as emissoras de televisão do País estarão investindo grandes quantias em infraestrutura, tanto na sua estação transmissora quanto na sua malha de cobertura, que é majoritariamente composta de estações de propriedade de prefeituras e órgãos públicos.

Neste ponto, a implementação de recursos de acessibilidade no sistema analógico, obsoleto a cada ano, torna-se inviável em razão da indústria passar a focalizar primordialmente o mercado digital de transmissão e recepção.

Aos poucos, a população começará a migrar para o sistema digital (como ocorreu com a telefonia), em busca da interatividade que o novo sistema proporcionará, e pela enunciada queda do valor dos receptores.

A tecnologia digital possibilitará, por exemplo, que a janela com intérprete de LIBRAS seja habilitada e desabilitada nos receptores de televisão, livremente pelos telespectadores,

recurso este não factível na transmissão analógica, que impõe a habilitação para todos.

No caso da audiodescrição, com a adoção da tecnologia digital, a sua habilitação não acarretará na supressão do idioma original da programação exibida no segundo canal de áudio (SAP), mantendo disponíveis ao telespectador os dois recursos.

Esse ofício foi enviado ao Ministério das Comunicações em 2008 — um mês antes do final da carência de dois anos para o início da programação com AD determinada pela Norma Complementar nº 1 — pedindo a prorrogação do prazo, sob a alegação de dificuldades técnicas, operacionais e econômicas para implementação dos recursos. Duas portarias foram publicadas ao longo do ano de 2008, primeiro, postergando e, depois, suspendendo o início da obrigatoriedade da AD na TV. Diversos grupos e indivíduos se manifestaram contra o adiamento, como a Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador (COCAS), o Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente e Associações de Síndrome de Down e a ONCB (Romeu Filho, 2010, p.54-8).

O processo para a implementação da AD na televisão se arrastou por mais dois anos até que, em março de 2010, uma nova portaria entrou em vigor determinando que, a partir de 1º de julho, as emissoras que já transmitissem em canal digital aberto teriam 12 meses para começar a fazer a AD, em duas horas semanais e não mais diárias. O número de horas provavelmente vai aumentar de modo gradativo, mas em dez anos deverá atingir o máximo de 20 horas semanais da programação e não mais a sua totalidade.

Em julho de 2013, cumprindo o cronograma em vigor, ampliou-se a quantidade de horas de programas com AD de duas para quatro semanais. Em outubro de 2013, o desembargador Souza Prudente, responsável pela ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em fevereiro de 2009, determinou que:

à União, por intermédio do Ministério das Comunicações, cumpra, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da intimação desta decisão, o cronograma constante do item 7.1 da Norma Complementar nº 01/2006, no que se refere à implementação do recurso de audiodescrição, sob pena de multa coercitiva de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por dia de atraso no cumprimento deste Acórdão Mandamental²².

²² Consulta ao processo 2009.34.00.004764-8 no site do Tribunal Regional Federal - TRF 1ª Região. Disponível em: <http://www.trf1.jus.br/Processos//ProcessosTRF/> Acesso em: 28 dez 2013.

Em cumprimento à determinação judicial, em dois de dezembro, foi publicada pelo Ministério das Comunicações a portaria que determinou o retorno ao cronograma de 2006, aquele que previa quantidade de programação diária com AD até chegar à totalidade da programação veiculada com esse recurso.

Portaria nº 332/A, de 2 de dezembro de 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a determinação disposta no Acórdão proferido em sede de Apelação Cível na Ação Civil Pública nº 2009.34.00.004764-8/DF, em 2 de outubro de 2013, e intimada a União em 4 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º As entidades executantes do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço ancilar de retransmissão de Televisão ficam obrigadas a cumprir, no tocante ao recurso de áudio descrição, o cronograma disposto no item 7.1 da Norma Complementar nº 01/2006, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, em um prazo de sessenta dias, contado do dia 4 de outubro de 2013, data da intimação da União no Acórdão proferido na Apelação Cível na Ação Civil Pública nº 2009.34.00.004764-8/DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA²³

O retorno ao cronograma inicial durou 11 dias, pois, em 13 de dezembro, o ministro Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal concedeu liminar à Abert suspendendo “os efeitos do acórdão formalizado pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região na Apelação nº 2009.34.00.004764-8 e, por decorrência, da Portaria nº 332/A/2013 do Ministério das Comunicações”, sob duas alegações: a de que o Ministério das Comunicações é o órgão habilitado para definir como a acessibilidade deve ser implementada e a de que é necessário aos magistrados ouvir os especialistas no assunto, para não caracterizar

usurpação de competência do agente constitucionalmente legitimado para resolver questões dessa natureza, resultando na transgressão de preceitos fundamentais como a separação de poderes, o devido processo legal e a eficiência administrativa.

Veja-se outro trecho da liminar:

A matéria envolve dificuldades empíricas e técnicas que exigem conhecimentos e informações específicas indispensáveis a chegar-se a prognósticos adequados. Dentro desse enfoque, a Portaria revela-se providência adotada por órgão revestido de capacidade cognitiva para investigar as condições materiais e de tempo imprescindíveis à implantação da medida de acessibilidade e definir o procedimento pertinente. Sob uma óptica realista, o Ministério das Comunicações está habilitado,

²³ Portaria publicada no *Diário Oficial*. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/portarias/29301-portaria-n-332-a-de-2-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 28 dez 2013.

diante do quadro de pessoal que possui e da função constitucional que desempenha, a tomar decisões complexas como a ora examinada, considerados aspectos essencialmente técnicos, diagnósticos tematicamente particularizados e necessidade de amplo domínio sobre as limitações fáticas e as perspectivas operacionais dos destinatários da política pública em jogo²⁴.

Assim sendo, atualmente, mantém-se o cronograma de 2010 (quatro horas semanais com AD); entretanto, a ação continua em julgamento, podendo, ainda, a situação ser revertida a favor das pessoas com deficiência visual²⁵.

Outros países, como o Reino Unido e os Estados Unidos, também tiveram problemas na definição da cota de sua programação com AD. Em 2002, no Reino Unido, o RNIB tentou aumentar para 50% a porcentagem de programação audiodescrita, mas não obteve êxito e manteve-se a cota de 10% (Machado, F., 2011a, p.60). Os Estados Unidos também tiveram dificuldades na definição da cota de programação, que só foi determinada em 2010. Vale lembrar que no Reino Unido e nos Estados Unidos a obrigatoriedade de transmissão da AD vigora em todas as formas de transmissão: aberta, via satélite e a cabo. Aqui no Brasil, como a regulamentação passou da Anatel para o Ministério das Comunicações, a obrigatoriedade que, primeiramente, contemplava as TVs aberta e a cabo acabou ficando restrita à TV aberta, além da redução considerável no número de horas. As cotas da programação com AD em diferentes países foram utilizadas como argumento contra o começo da obrigatoriedade da AD em 2008, como pode ser visto na conclusão do parecer da Quadrante Comunicações anexada ao Ofício da Abert, entregue ao Ministério das Comunicações:

Todo o conteúdo aqui exposto e, primordialmente:

- a) o comprometimento dos investimentos das televisões brasileiras com a implantação da televisão no sistema digital;
- b) os percentuais de audiodescrição adotados pelos países analisados que não ultrapassam a 8% (oito por cento) da programação, excetuando-se a Inglaterra, que optou pelo percentual máximo de 10% (dez por cento) da programação, com a inclusão total deste recurso no final do prazo de 10 (dez) anos;
- c) a falta de profissionais especializados disponíveis no mercado de trabalho consubstancia motivação suficiente a ser levada ao conhecimento da autoridade competente, com vistas à

²⁴ A liminar na íntegra está disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/suspensa-decisao-implantacao-recursos.pdf>. Acesso em: 28 dez 2013.

²⁵ A última consulta *online* sobre o processo foi efetuada no dia 02 jul de 2014 e nessa data ele ainda estava em andamento. O *link* para o processo está disponível na nota 22 na página 41 desse capítulo.

concessão de novos prazos, visando à instalação dos equipamentos digitais necessários para a implantação dos recursos da audiodescrição e de janela com intérpretes de LIBRAS, assim como o aperfeiçoamento dos recursos de dublagem e legenda oculta, já disponíveis (Ofício Abert nº 40/2008, p. 23).

É importante destacar que, no período em que esse parecer foi escrito, os Estados Unidos ainda não tinham determinado a cota de sua programação que chegará a totalidade da programação da TV, por conseguinte, esse dado, que seria relevante para debater o item b do parecer não pôde ser utilizado como contra-argumento pelas associações de pessoas com deficiência visual. Vale ressaltar que, tanto em 2008 como em 2013, a Abert esteve à frente de forma atuante para a diminuição das horas de programação com AD. Se, por um lado, é possível entender as motivações da Abert e do Ministério das Comunicações, por outro, é inegável que a iniciativa deles, de alguma forma, fere o direito à comunicação das pessoas com deficiência visual. Talvez seja necessária a criação de um novo cronograma que busque contemplar ambas as partes, tornando a AD obrigatória em toda a programação, porém com um cronograma mais progressivo, dando tempo para que as redes de televisão se preparem. Além disso, os Ministérios, não só o das Comunicações, como também o da Cultura, entre outros, podem e devem dar subsídios para que a acessibilidade seja colocada em prática. Esses subsídios já vêm acontecendo sem que os recursos de acessibilidade sejam contemplados. Em outras palavras, o Ministério da Cultura pode tornar obrigatório o uso de recursos de acessibilidade nos filmes, peças e eventos culturais que são contemplados em seus editais e leis. Podemos dizer que essa já é uma demanda das pessoas com deficiência visual, como pode ser visto na nota do *Blog da audiodescrição*, gerenciado por Paulo Romeu Filho, ao divulgar a notícia de que a Ancine dará linhas de incentivo para produções televisivas:

Nota do Blog:

Ao mesmo tempo em que a Advocacia Geral da União e a Abert se unem para impedir que as pessoas cegas tenham acesso ao seu direito à audiodescrição, em 100% da programação das emissoras de televisão, o governo concede 100 milhões em subsídios para os afiliados da Abert, sem exigir qualquer contrapartida social em acessibilidade para pessoas com deficiência.

Uma fração deste valor seria suficiente para que as emissoras custeassem a produção de audiodescrição em grande parte de seus programas (*Blog da audiodescrição*)²⁶.

Vale destacar a nota do blog foi divulgada no final do ano de 2013 e no primeiro semestre de 2014, a Ancine colocou em consulta pública uma instrução normativa sobre acessibilidade e a minuta em consulta propõe que a audiodescrição e a legendagem para surdos e ensurdecidos sejam incluídas em projetos financiados pela agência. Outra iniciativa interessante foi a inclusão de curso de formação de audiodescritores na lista de cursos que a agência pode vir a realizar pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Apesar de ainda não estarem em práticas, essas iniciativas já são um primeiro passo importante, sinalizando, mesmo que ainda não satisfatoriamente, tentativa de dar conta dessa demanda social (ver *site ANCINE*).

É possível encontrar outras similaridades e diferenças nas trajetórias de implantação desse recurso de tecnologia assistiva nos diferentes países. No Reino Unido, apesar de a AD só ser obrigatória na TV, como aqui no Brasil, ela vem sendo amplamente utilizada nos cinemas, teatros e DVDs, diferentemente do que acontece aqui. É evidente que o número de iniciativas no Brasil vem aumentando, mas os números ainda não são expressivos:

- temos dois teatros: um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro — por enquanto em um projeto de um ano — equipados para oferecer esse recurso em suas temporadas;
- duas salas de cinema (CCBB Rio de Janeiro e São Paulo) preparadas para oferecer esse recurso. Nas mostras de cinema, assim como nas peças que não são realizadas nos teatros equipados, a transmissão da AD é feita ao vivo, com o uso de equipamento de tradução simultânea; e,
- de 2005 a 2011²⁷, foram produzidos 78 DVDs com AD.

Uma diferença importante que podemos indicar diz respeito ao uso de normas técnicas para produção das ADs: Reino Unido, Espanha, Alemanha e Estados Unidos já possuem normatizações que orientam as produções das ADs.

²⁶ <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2013/12/governo-concede-mais-benefices-para-os-radiodifusores-sem-exigencia-de-contrapartida-social.html?spref=fb>. Acesso em: 28 dez 2013.

²⁷ Não se encontrou nenhum levantamento dos DVDs disponibilizados com AD de 2012 em diante.

Aqui no Brasil, temos uma norma de 2005, a qual está em processo de atualização pela ABNT²⁸.

De maneira sintética, podemos dizer que o Reino Unido é o local onde a AD está mais disseminada e que os Estados Unidos têm um bom desenvolvimento, já que a AD está presente no teatro e no cinema, mas a obrigatoriedade e fornecimento desse recurso na TV começaram recentemente. A Espanha tem grande produção acadêmica sobre essa temática e a AD está disponível em alguns teatros, cinemas e televisão. Segundo Flavia Machado, em entrevista concedida à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Portugal tem se destacado com AD em teatros e museus (ver Machado, F., 2011b). Josélia Neves, em entrevista concedida à Midiace, complementa a informação sobre o desenvolvimento da AD em Portugal comentando que o ensino de AD no Brasil está mais avançado do que lá:

Infelizmente, a audiodescrição ainda não é muito ensinada. Aliás, o Brasil está muito à frente de Portugal a esse nível e aproveito para dar os parabéns a todas as equipes e todos os grandes audiodescritores que já existem aí na terra, nossa irmã, e que nos têm ensinado a nós, aqui em Portugal também (Neves, 2011).

O avanço na consolidação da AD no Brasil, apesar de significativo, ainda está longe de ser suficiente. A oferta da AD não deve ser vista como um favor ou como uma obrigação ou imposição legal. O desejo daqueles, ainda poucos, que vêm travando a longa e dura batalha para conquistar a adoção universal da AD é o de que ela se transforme em prática democrática rotineira, graças a uma sociedade mais e mais inclusiva.

2.2.

Audiodescrição como objeto de estudo e sua inserção nos Estudos da Tradução

As pesquisas acadêmicas sobre esse recurso de tecnologia assistiva foram iniciadas na década de 1990. A maior parte do que se produz na academia sobre o assunto vem se dando na área dos Estudos da Tradução a partir de 2000, embora a

²⁸ O texto da norma já passou por reelaboração a partir de um grupo de trabalho e entra em consulta pública em 2014, data ainda a ser definida pela ABNT. Só após as modificações propostas na consulta pública, é que a norma será publicada. Esse ponto será abordado com maior profundidade no próximo capítulo, na seção 3.3.

AD também seja abordada no âmbito dos Estudos de Tecnologia Assistiva e de Educação Especial. Na área de tradução, estuda-se a produção dos roteiros; na educação, são estudadas as aplicabilidades desse recurso para a inclusão dos alunos com deficiência visual, assim como as vantagens de seu uso com alunos videntes; e, nos estudos de tecnologia assistiva, se analisa como essa ferramenta ou recurso é capaz de proporcionar mais autonomia para as pessoas com deficiência visual. Vale lembrar que a AD também vem sendo estudada, apesar de com menos frequência, na área de Comunicação Social, com pesquisas que avaliam como esse recurso pode contribuir para o processo comunicacional. Atualmente, os países que mais investem na AD são Estados Unidos, Alemanha, Espanha, França, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina (ver Franco, 2007; Franco & Silva, 2010, p. 19-36).

Na esfera acadêmica, a AD vem se tornando cada vez mais visível e, assim como na Europa, é reconhecida como uma modalidade de tradução audiovisual intersemiótica com vistas à acessibilidade, maneira pela qual é entendida nesta tese, apesar de ainda não haver consenso entre profissionais e pesquisadores da AD sobre isso aqui no Brasil. Por exemplo, há quem defenda que a audiodescrição deve ser vinculada à área das Artes Cênicas, estando os atores mais capacitados para fazê-la.

Para melhor situar o campo no qual a AD está inserida e como é entendida nesta tese (modalidade de TAV com vistas à acessibilidade) é necessário iniciar fazendo uma retrospectiva da constituição desse campo.

No começo, o conceito de TAV englobava práticas tradutórias concernentes ao sistema audiovisual (cinema, televisão etc.), no qual era feita a tradução da língua do texto fonte para a língua da cultura meta. Assim sendo, as práticas que mais se difundiram nesse campo foram as traduções para legendagem e para dublagem. Díaz Cintas afirma que estamos vivendo o *boom* da TAV, trazendo novas abordagens para o campo (Díaz Cintas, 2005, p.316). Essa é uma área de prática e de pesquisa relativamente nova, cuja expansão está ligada diretamente aos avanços tecnológicos (ver Franco, 2007, p. 7). A partir dos anos 2000, o número de eventos, teses, dissertações, livros e artigos tem aumentado rapidamente. Vale lembrar que, ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico propicia o surgimento de novas modalidades de tradução audiovisual, ele também é responsável por alterações nas condições de trabalho nesse meio. Além das

práticas mais consagradas das traduções para dublagem e legendagem, a TAV engloba práticas como *voice-over*, *surtitling*, legendas e dublagens feitas por fãs — *fansub* e *fandub* — práticas essas bem recentes e que ainda são pouco estudadas academicamente. Não só os avanços tecnológicos, mas também transformações sociais propiciaram o surgimento de novas modalidades — primeiro, na prática, depois, na academia —, como as que fazem parte da área da acessibilidade, a AD e a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) (Mascarenhas, 2012, p.23). Assim sendo, TAV é um conceito amplo e complexo que agrupa diferentes práticas tradutórias.

No artigo do número sobre TAV da *Tradução em Revista* (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio), Eliana Franco e Vera Lucia Santiago Araújo analisam as tentativas de definições terminológicas e a enumeração das práticas que constituem a TAV, feitas inicialmente por Gambier (começou em 1996 e continuou alterando sua taxonomia até 2004) e depois por Díaz Cintas (2005) (Franco; Araújo, 2011/2, p. 2). Para as autoras, apesar de fazerem algumas ressalvas, a melhor taxonomia, que simplifica a compreensão da terminologia da área foi elaborada por Díaz Cintas.

Díaz Cintas afirma que o termo “tradução audiovisual” foi utilizado para englobar diferentes práticas tradutórias em todos os meios onde há um sinal acústico e um visual, nos quais há a tradução de uma língua para outra. Ele também afirma que tradicionalmente a natureza interlingual dessas práticas era decisiva na hora de estabelecer as tipologias que faziam parte desse grupo (ver Díaz Cintas, 2007b, p. 13).

As autoras assinalam que a conexão entre os conceitos de TAV e tradução interlingual precisou ser reelaborada no momento em que leis de acessibilidade levaram o meio audiovisual a pensar novos recursos para torná-lo acessível às pessoas com deficiência auditiva e/ou visual. Elas afirmam:

Como sugere Díaz Cintas [...], o fato de que esses novos recursos se caracterizavam não pela tradução entre línguas, mas entre meios semióticos diferentes — do acústico verbal ou não verbal para o verbal escrito na LSE [legenda para surdos e ensurdecidos] e do visual para o verbal na AD — representou um entrave para a aceitação de ambos como modalidades de tradução audiovisual por parte da comunidade acadêmica e científica, mas não por parte de alguns pesquisadores famintos por novas e inovadoras fontes de pesquisa como afirma o autor (2005, p.4).

Ainda de acordo com o autor, foi graças a uma das mais antigas e citadas taxonomias de tradução, a de Jakobson (1959), que todos pudemos mais confiantes argumentar a favor das duas novas modalidades que se caracterizavam como intralinguais (LSE) e intersemióticas (LSE e AD) da tradução audiovisual, juntamente com as interlinguais já existentes. LSE e AD representam assim um redimensionamento da área, não apenas pelo fértil campo da pesquisa que propiciaram, mas também pela possibilidade de redefinirmos as outras modalidades igualmente promotoras de acessibilidade (Franco; Araújo, 2011/2, p.4).

Vale salientar que, para a inclusão da AD nos Estudos da Tradução, especificamente na tradução audiovisual, foi necessária a ampliação da tipologia proposta por Jakobson, na medida em que na tradução intersemiótica por ele idealizada é prevista a tradução de signos verbais para signos não verbais, e a AD é um recurso que utiliza o movimento inverso — traduz signos não verbais em signos verbais. Nas palavras de Jakobson: “a tradução inter-semiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais” (1959, p.64). Julio Plaza, no livro *Tradução intersemiótica*, antes da introdução, na parte intitulada “Ao leitor”, mostra a possibilidade de ampliar esse conceito ao dizer:

A primeira referência (explícita) à Tradução Intersemiótica que tive oportunidade de conhecer foi nos escritos de Roman Jakobson. De que tenho notícia, Jakobson foi o primeiro a discriminar e definir os tipos possíveis de tradução: a interlingual, a intralingual e a intersemiótica.

A Tradução Intersemiótica ou “transmutação” foi por ele definida como sendo aquele tipo de tradução que “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais”, ou “de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal, para a música, a dança, o cinema ou a pintura”, ou *vice-versa, poderíamos acrescentar* ([1987] 2003, p. XI, grifo nosso²⁹).

Outro aspecto interessante para ressaltar é que no campo da AD são debatidos temas centrais para os Estudos da Tradução, como os conceitos de interpretação, equivalência, reescrita, normas e visibilidade, por exemplo. A reflexão sobre esses conceitos a partir da AD, que trabalha com signos não verbais, elemento não usual, pelo menos tradicionalmente, pode fornecer novas e enriquecedoras perspectivas para o campo (ver Braun, 2008, p.5).

²⁹ São nossos todos grifos inseridos em citações e não identificados como grifos do autor.

Procuramos, até o momento, dar um panorama geral sobre como a AD vem sendo abordada nas pesquisas acadêmicas e a sua inserção nos Estudos da Tradução, para, a partir de agora, aprofundar o seu estudo como modalidade de TAV com vistas à acessibilidade.

A disseminação da AD na Europa e nos Estados Unidos gerou a necessidade de formação de novos profissionais. No começo dos anos 2000, pioneiros como Fernando Navarrete (ONCE - Espanha), Joel Snyder (EUA), Bernd Benecke (Alemanha) e Veronika Hyks (Reino Unido) começaram a formar novos audiodescritores em instituições públicas e privadas e esses cursos de formação eram baseados nas habilidades e competências entendidas como necessárias, a partir da perspectiva de cada um desses profissionais, provenientes de suas práticas (ver Cabeza-Cárceres, 2013, p. 51).

Paralelamente, na academia, mais especificamente nos cursos de TAV, à medida que foram surgindo pesquisas na área, também foram desenvolvendo-se cursos de formação de audiodescritores. Como aponta Cabeza-Cárceres citando Matamala (2006), “na universidade também se argumenta que o melhor campo de formação de audiodescritores é a TAV ‘pela importância da competência linguística e tradutológica de quem executa este trabalho³⁰’” (Cabeza-Cárceres, 2013, p. 51). Essa formação é oferecida, sobretudo, em cursos de pós-graduação, e a primeira universidade a oferecê-la foi a de Surrey, em 2004, no M.A. Monolingual Subtitling and Audiodescription. A Espanha começou a oferecer cursos de capacitação para audiodescritores em 2005 e houve um *boom* de ofertas por conta de uma série de diretrizes europeias sobre acessibilidade, mesmo momento em que foi criada a norma de AD espanhola UNE 153020 e foi criado o Centro Español del Subtitulado y la Audiodescripción (CESyA). Podemos citar, entre outros, cursos oferecidos na Universidade de Granada, Sevilha, Málaga e na Universidade Autônoma de Barcelona (ver Cabeza-Cárceres, 2013, p.52).

No Brasil, hoje, temos quatro importantes pesquisadores na área e, em decorrência disso, quatro importantes polos de pesquisa: um na Universidade

³⁰ Des del món universitari també es defèn que el millor àmbit per a formació dels audiodescriptor és la traducció audiovisual per “la importancia de la competencia lingüística y traductológica de los que desempeñan esta labor”. Vale lembrar que a tradução desta e das demais citações em língua estrangeira é nossa e o texto original é apresentado em nota.

Federal da Bahia (UFBA), coordenado pela professora Eliana Franco³¹; outro na Universidade Estadual do Ceará (UECE), coordenado pela professora Vera Lucia Santiago Araújo; o terceiro, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pelo professor Francisco Lima; e o quarto, na Universidade de Brasília (UnB), coordenado pela professora Soraya Alves. Em um rápido levantamento na Plataforma Lattes sobre pesquisas acadêmicas em AD, foi possível encontrar referência à audiodescrição em mais de duzentos currículos. As maiores ocorrências são em monografias de conclusão de curso, mestrado e especialização. Duas teses de doutorado estão em andamento (incluindo esta) e três teses já foram concluídas. Além dos quatro polos já citados, pesquisas nessa área estão sendo desenvolvidas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (PUC-Minas e PUC-Rio), na Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Estadual Paulista (UNESP), entre outras.

Os cursos de formação de audiodescritores se proliferaram desde 2008 por conta da legislação que torna obrigatório o uso da AD na televisão brasileira. Como já mencionado na seção anterior, um dos argumentos para a diminuição do número de horas de programação audiodescrita foi a falta de profissionais formados que dessem conta da demanda crescente de AD. Diferentemente do que ocorreu na Europa, os cursos de formação aqui no Brasil são normalmente introdutórios, com duração de 20 a 60 horas, não estão ligados à pós-graduação e não necessariamente a departamentos ou cursos de tradução. O primeiro curso de especialização que ofereceu um módulo de AD teve início em 2013 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ligado à Faculdade de Medicina e Terapia Ocupacional; e, em 2014, teve início a primeira especialização em AD, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), parte presencial e parte a distância, vinculada à Faculdade de Educação Física e Desportos em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Atualmente, as principais metodologias e temas abordados em pesquisas sobre a AD são: TTS *text-to-speech* (fala sintética), *eye-tracking*, narratologia,

³¹A partir de abril de 2014 a professora Eliana Franco se desligou da UFBA, mas continua colaborando com o grupo de pesquisa TRAMAD (www.tramad.com.br), o qual passou a ser coordenado por um de seus antigos membros.

tradução dos roteiros de AD, *audiosubtitling* (audiolegendagem) e pesquisa de recepção.

Sabine Braun, no artigo “Audiodescription research: state of the art and beyond” (2008), com o intuito de estabelecer uma agenda de pesquisas para essa emergente disciplina acadêmica, passa em revista as pesquisas que estavam sendo conduzidas nessa área até 2008. Entre outras, Braun cita pesquisas relacionadas à seleção das imagens feita pelo audiodescritor, como as desenvolvidas por Braun (2007) e Vercauteren (2007a), que procuram distinguir os elementos implícitos e explícitos da comunicação. Ela sinaliza que as pesquisas sobre a seleção de imagens — relativas a *o que* se deve audiodescrever — estavam e ainda estão no começo, enquanto as pesquisas sobre *como* audiodescrever o conteúdo imagético são mais frequentes. Ela cita, entre outras, pesquisas de *corpora* desenvolvidas por Salway (2007) e Jimenez Hurtado et al. (2007). Braun cita como exemplos de pesquisa de recepção a que foi elaborada por Packer e Kircher, em 1997, cujo objetivo era mapear o perfil do público dos Estados Unidos; e a de Peli et al., desenvolvida em 1996, cujo objetivo era avaliar os benefícios da AD para o público, além do projeto Audetel, desenvolvido na década de 1990 no Reino Unido e já citado na seção anterior, um histórico da AD na Europa.

Podemos citar exemplos de pesquisas, além dos citados no artigo de Sabine Braun, mais recentes, a partir de 2009, coletados nos programas de apresentações no Advanced Research Seminar in Audio Description - ARSAD III (2011) e IV (2013) e XI Congresso Internacional da ABRAPT e V Congresso Internacional de Tradutores (2013)³².

Nesses eventos, foram apresentadas duas pesquisas com uso de TTS (fala sintética). No III ARSAD, Isabela Krejtz, Agnieszka Szarkowska e Agnieszka Waszczak, pesquisadoras da Universidade de Varsóvia, na Polônia, apresentaram o estudo que desenvolveram sobre AD na educação, avaliando a recepção de filmes educativos audiodescritos, narrados com TTS. Elas afirmaram que o uso do TTS é o que possibilita o desenvolvimento das pesquisas na Polônia, uma vez que enfrentam problemas de financiamento. Já no IV ARSAD, Anna Fernández & Anna Matamala, da Universidade Autônoma de Barcelona, apresentaram a

³² Seminários e congressos dos quais participei e assisti praticamente a todas as apresentações que serão citadas.

pesquisa *Methodological considerations for the evaluation Of TTS AD's acceptance in the Catalan context*.

Comparado ao uso de TTS, uma quantidade maior de pesquisas usa *eye tracking* como ferramenta. Podemos citar, entre outras, pesquisas desenvolvidas na Universidade de Macerata, na Itália, pela pesquisadora Elena di Giovani; na Clemson University, nos EUA, por Andrew Duchowski; e na Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, por Pilar Orero. Esses pesquisadores apresentaram suas pesquisas com uso de *eye tracking* no III ARSAD, em 2011. Aqui no Brasil, duas pesquisas vêm sendo desenvolvidas com essa ferramenta, ambas orientadas pela Professora Vera Lúcia Santiago Araújo, na UECE. A primeira foi apresentada no IV ARSAD por Alexandra Seoane, intitulada *The prioritization of information in audio description scripts: what the eye-tracking can show us?*; a segunda foi apresentada na ABRAPT por João Francisco de Lima Dantas, intitulada *Uma comissão de frente para os cegos: construindo um roteiro de audiodescrição de um desfile de escola de samba a partir do rastreamento ocular*.

Três pesquisadores apresentaram, nesses eventos, pesquisas que abordam a narratologia. Gert Vercauteren, da Artesis University College Antwerp, Bélgica, apresentou, no III ARSAD, sua investigação de como diferentes blocos da história são construídos e se relacionam na mente do espectador. Ele defende que a compreensão de como funciona esse processamento é fundamental para determinar como será efetuada a audiodescrição. Também no III ARSAD, Bernd Benecke, da Bayerischer Rundfunk, Alemanha, apresentou sua investigação sobre duas diferentes formas de audiodescrever, sendo que uma delas, denominada por ele de *plot description*, baseia-se numa análise narratológica. Renata Mascarenhas, da UECE, apresentou trabalho intitulado *The focalization through lighting and its recreation in an audio description screenplay*, também usando a narratologia como teoria para análise.

Anna Jankowska da Jagiellonian University, na Polônia, apresentou, no III ARSAD, pesquisa sobre tradução dos roteiros de AD, defendendo que a tradução dos roteiros de AD reduz tempo, economiza dinheiro e mantém a qualidade do produto se for elaborada por tradutores audiovisuais, que já lidam cotidianamente com adaptação e restrição do tempo.

Pelo menos quatro pesquisas que utilizam pesquisas de recepção como metodologia foram apresentadas. Além do trabalho já mencionado das pesquisadoras da Polônia que fizeram pesquisa de recepção de filmes utilizando TTS, partes desta tese de doutorado foram apresentadas nos três eventos. Cristóbal Cabeza-Cáceres, da Universidade Autônoma de Barcelona, apresentou os resultados de sua tese de doutorado, defendida em 2013, intitulada *Speed, explicitation and intonation in AD: best values, best practice*; Jéssica Barroso Nóbrega, da UECE, apresentou, na ABRAPT, o trabalho *A análise da recepção de deficientes visuais a dois tipos de roteiros audiodescritos: um estudo descritivo-exploratório*.

Outras pesquisas que não se enquadram nessas metodologias mais utilizadas também vêm sendo desenvolvidas, como as que abordam a AD para o público infantil: a de Charles Rocha Teixeira (UnB), apresentada na ABRAPT, intitulada *Audiodescrição para crianças: análise do filme de animação da “Turma da Mônica”*; e a de Bruna Alves Leão (UECE), *Audiodescribing theater for blind children: the case of “A Vaca Lele”*, apresentada no IV ARSAD.

Uma área que vem crescendo bastante em número de estudos é a da AD em museus. No IV ARSAD, foram apresentadas cinco pesquisas que estão sendo desenvolvidas em diferentes países: 1. Andrew Holland (VocalEyes, Reino Unido); 2. Izabela Krejtz, Krzysztof Krejtz, Agata Kopacz e Agnieszka Szarkowska (University of Social Sciences and Humanities, Varsóvia, Polônia); 3. Andrew Duchowski (Clemson University, EUA); 4. Eliana Franco (UFBA); 5. Marisa Ferreira Aderaldo (UFMG); e 6. Vera Lúcia Santiago Araújo e Nunes de Oliveira Júnior Juarez (UECE).

Outro tema de pesquisa que vem sendo abordado pelo grupo TRAMAD, da UFBA, é o da AD para pessoas com deficiência intelectual. No IV ARSAD, Eliana Franco apresentou *An afternoon at the museum: the differing aspects of the audio description script for the visually impaired and the learning disabled visitors*; e, na ABRAPT, o grupo apresentou o trabalho *A AD para o público com deficiência intelectual: estudos de caso nas artes visuais e audiovisuais*.

Esses são alguns, entre muitos outros estudos, que poderiam ser citados, o que demonstra que a AD como modalidade de TAV com vistas à acessibilidade vem crescendo cada vez mais e que esse campo se torna cada vez mais sólido e profícuo. Também não podemos deixar de salientar os avanços importantes que

vêm acontecendo como o crescimento da oferta desse recurso, de cursos de formação etc., nos últimos anos. Mas, apesar do crescimento e reconhecimento do campo, dentro e fora da área acadêmica, ainda há muito o que se fazer pela implementação da AD, defendendo a volta ao direito já adquirido da totalidade da programação com esse recurso e a divulgação e ampliação do uso dele em qualquer espécie de evento cultural.

No próximo capítulo, a AD será detalhada em suas principais características e, por fim, será enfocada a reconstrução da narrativa fílmica na AD, já que a AD de filmes é o objeto de estudo desta tese.